TCE-MT divulga modernizações do Sistema Aplic 2027 em webinar gratuito nesta terça

Tribunal de Contas capacita gestores públicos sobre atualizações normativas e novas funcionalidades do sistema

O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT) promove uma transmissão ao vivo nesta terça-feira (24), começando às 9h da manhã, abordando as inovações implementadas no Sistema Aplic para o exercício de 2027. A ação integra uma série de três encontros educativos coordenados pela Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex), em colaboração com a Escola Superior de Contas da instituição.

O webinar objetiva orientar as organizações sujeitas à fiscalização do TCE-MT sobre as transformações decorrentes de novas regulamentações, diretrizes emanadas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e demandas informacionais relacionadas ao controle externo. A capacitação concentra-se especialmente nos profissionais encarregados de alimentar os dados e informações dentro da plataforma.

Francisco Evaldo Leal, auditor público externo, será o responsável pela condução deste terceiro e derradeiro encontro da série. A sessão será transmitida através do canal oficial do TCE-MT na plataforma YouTube, permitindo que interessados acessem o conteúdo posteriormente através da gravação. Aqueles que desejam participar podem se registrar através do formulário de inscrição disponibilizado pela instituição.

Os webinares anteriores abordaram temas complementares: o primeiro tratou dos procedimentos para registrar e informar dados sobre emendas parlamentares ao Tribunal, enquanto o segundo enfocou o encerramento e fechamento dos registros contábeis referentes ao ano de 2026. Na edição atual, serão detalhadas as alterações estruturais e funcionais da interface do sistema.

Com a conclusão desta série de capacitações, o TCE-MT almeja que todos os órgãos jurisdicionados possuam conhecimento atualizado acerca dos protocolos operacionais e requisitos técnicos do Sistema Aplic no próximo exercício, contribuindo para a homogeneização e a excelência dos dados compartilhados com a corte. Essa iniciativa reforça o compromisso com a publicidade das ações governamentais e disponibiliza subsídios essenciais para o exercício adequado da auditoria externa.